



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 83ª
(OCTOGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O AUMENTO DAS TARIFAS DO
TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL,
EM 24 DE SETEMBRO DE 2015**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Celina Leão e Ricardo Vale

SECRETARIA: Deputado Chico Vigilante

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 13 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 48 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PTC
- Deputado Bispo Renato Andrade – PR
- Deputada Celina Leão – PDT
- Deputado Chico Leite – PT
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Cláudio Abrantes – PT
- Deputado Joe Valle – PDT
- Deputado Juarezão – PRTB
- Deputada Liliane Roriz – PRTB
- Deputado Lira – PHS
- Deputada Luzia de Paula – PEN
- Deputado Prof. Israel – PV
- Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT
- Deputado Rafael Prudente – PMDB
- Deputado Raimundo Ribeiro – PSDB
- Deputado Ricardo Vale – PT
- Deputado Robério Negreiros – PMDB
- Deputada Telma Rufino – PPL
- Deputado Wasny de Roure – PT
- Deputado Wellington Luiz – PMDB



1 ABERTURA

Presidente (Deputada Celina Leão):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

- **Mensagem nº 221, de 2015**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei Complementar nº 30, de 2015**.
- **Mensagem nº 222, de 2015**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 675, de 2015**.
- **Mensagem nº 224, de 2015**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 676, de 2015**.
- **Mensagem nº 225, de 2015**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 677, de 2015**.
- **Projetos de Lei nºs 670 a 673, de 2015**, de autoria do Deputado Lira.
- **Projeto de Lei nº 674, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão.
- **Indicação nº 5.259, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão.
- **Indicações nºs 5.318 a 5.326, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão.
- **Indicação nº 5.327, de 2015**, de autoria do Deputado Juarezão.
- **Moção nº 232, de 2015**, de autoria do Deputado Julio Cesar.
- **Requerimento nº 994, de 2015**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Requerimentos nºs 995 a 998, de 2015**, de autoria da CAF.
- **Requerimento nº 999, de 2015**, de autoria dos Deputados Raimundo Ribeiro e Chico Leite.
- **Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Ricardo Vale):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 984, de 2015, do Deputado Ricardo Vale, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater o aumento das tarifas do transporte coletivo do Distrito Federal.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **DEPUTADO RICARDO VALE**, presidente da sessão e autor do requerimento
- **CARLOS TOMÉ**, Secretário de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB
- **LÉO CARLOS CRUZ**, Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans



- **QUINTINO DOS SANTOS SOUZA**, Diretor de Administração e Finanças do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal – SINDMetrô/DF
- **CARMELA ZIGONI**, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC e membro do Grupo de Trabalho de Mobilidade da Nossa Brasília
- **PAULO CEZAR MARQUES**, professor do Programa de Pós-Graduação em Transporte da Universidade de Brasília – UnB
- **PAIQUE DUQUES**, membro do Movimento Passe Livre – MPL

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO RICARDO VALE, presidente da sessão e autor do requerimento

- Explica que o sentido desta Comissão Geral é discutir o reajuste das passagens de ônibus anunciado recentemente pelo GDF.
- Avalia que, apesar da crise financeira pela qual o Distrito Federal está passando, o aumento determinado pelo Governo foi elevado.
- Indaga ao Secretário de Mobilidade quais foram os estudos técnicos que levaram ao percentual utilizado para o reajuste das passagens de ônibus.

CARLOS TOMÉ, Secretário de Estado de Mobilidade do Distrito Federal

- Confirma a declaração do Deputado Ricardo Vale de que a tarifa do transporte público do DF estava congelada há nove anos, e complementa que, com o processo inflacionário, os custos do Governo com o sistema cresceram muito, tornando necessário o reajuste dos valores.
- Lista os fatores que justificam esse aumento: os reajustes de salários concedidos aos rodoviários, a concessão de gratuidade no transporte para idosos e deficientes físicos e o aumento no valor do diesel e de outros gastos operacionais afetados diretamente pela inflação.
- Lembra que, de acordo com a legislação vigente, o sistema tem de ser custeado pelos beneficiários, e menciona que o objetivo do Governo é diminuir o valor pago pela sociedade e aumentar aquele pago pelos usuários diretos.
- Explica que a tarifa técnica corresponde ao valor pago às empresas por passageiro transportado e que, como no Distrito Federal esse valor é superior ao recebido dos usuários, de acordo com o modelo adotado na licitação realizada em 2012, cabe ao Governo subsidiar essa diferença.
- Detalha como foi feito o cálculo do reajuste e garante a manutenção da gratuidade aos atuais beneficiados.
- Compara o aumento aplicado no DF com o da inflação nos últimos nove anos e com o aumento adotado em outras capitais, enquanto o valor da passagem aqui permanecia estável.



– Ressalta que, apesar de ainda não cobrir os custos totalmente, o aumento foi aplicado para reduzir as despesas com o custeio e não para aumentar a arrecadação do Governo.

DEPUTADO CHICO LEITE – PT

– Discorre sobre a tarifa técnica e indica a necessidade de desmistificar os elementos que constituem essa tarifa, oportunizando o entendimento de tema de elevada complexidade.

– Afirma que formalizará requerimento para que a SEMOB apresente o detalhamento da tarifa de transporte custeada pelo usuário.

– Expressa sua posição favorável à Tarifa Zero.

PAÍQUE DUQUES, membro do Movimento Passe Livre – MPL

– Tece críticas ao transporte público do DF e menciona a falta de qualidade ofertada ao usuário do sistema.

– Afirma que o Governo está apoiando-se na crise financeira atual para promover reformas estruturais do Estado e restringir o direito dos trabalhadores ao transporte público.

– Critica o GDF pelo aumento da passagem e ressalta que a medida irá gerar uma crise social.

– Lembra as promessas de campanha feitas pelo Governador Rodrigo Rollemberg e lamenta que elas sejam totalmente divergentes do que está sendo implementado na sua gestão.

– Comenta as auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do DF, em que os resultados demonstram não existir capacidade técnica, operacional e metodologia para se apresentar os valores exatos gastos com o transporte coletivo.

– Avalia que não existe fiscalização das planilhas de custos do transporte coletivo, por isso as informações não podem ser analisadas com precisão.

– Acredita que os empresários envolvidos com o transporte coletivo estejam obtendo lucros, caso contrário não continuariam a prestar o serviço.

– Destaca que em outras cidades nas quais a tarifa foi aumentada o valor do subsídio não foi alterado.

– Sustenta que o transporte deve ser subsidiado pelos impostos pagos pela parcela mais rica da população.

– Solicita que a CLDF elabore moção contra o aumento da passagem e projeto que revogue a majoração da tarifa, e que promova um debate sobre projeto que trate da Tarifa Zero.

– Avisa que será feita manifestação, na próxima sexta-feira, na rodoviária, contra o aumento das passagens de ônibus.



LÉO CARLOS CRUZ, Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans

– Reconhece que a decisão do Governo de aumentar o valor das passagens é extremamente impopular, mas garante que foi fundamental para a manutenção do sistema.

– Admite que a qualidade do transporte coletivo de Brasília não é satisfatória, mas alega que sua melhoria demanda tempo.

QUINTINO DOS SANTOS SOUZA, Diretor de Administração e Finanças do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal – SINDMetrô/DF

– Pondera a complexidade do tema em debate, infere que Brasília não é exemplo de mobilidade e que o serviço de metrô, embora não sendo o melhor, supera a qualidade daquele oferecido pelos ônibus.

– Considera urgente a reflexão sobre o sistema de transporte do DF, com vistas a otimizá-lo para, entre outros benefícios, diminuir o ônus dos usuários do sistema.

– Observa que é necessário buscar meios para reduzir os custos operacionais do transporte, em vez de onerar a população com o aumento de tarifa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – PT

– Avisa que sua equipe técnica tem se empenhado para entender o processo do rápido crescimento do subsídio.

– Elabora questionamentos dirigidos ao Secretário de Mobilidade do Distrito Federal sobre o método de remuneração das empresas com base na tarifa técnica e sobre a margem de lucro das empresas operantes, e indaga se não seria viável rever a fórmula de remuneração para encontrar o equilíbrio entre gratuidade, subsídio e lucro das empresas.

CARMELA ZIGONI, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC e membro do Grupo de Trabalho de Mobilidade da Nossa Brasília

– Explica o que é o INESC e ressalta que a organização tem por função monitorar o orçamento público com foco nos direitos sociais.

– Informa que a análise do orçamento da mobilidade urbana do DF foi concluída no Dia Mundial sem Carro, mas foi deficitária devido à falta de transparência dos dados apesar da Lei de Acesso à Informação, que obriga os órgãos a disponibilizar todas as informações na internet.

– Considera a necessidade de solicitar a abertura das respectivas planilhas via Ministério Público.



– Relata que a ausência de informações impossibilita saber o que foi efetivamente pago com esse serviço e o que está em Restos a Pagar do Governo anterior.

– Questiona a razão do ajuste fiscal adotado pelo GDF, uma vez que, de acordo com a página da Secretaria de Fazenda, a arrecadação em 2015 já superou a de todo o ano 2014.

– Critica a execução integral dos recursos previstos para publicidade e propaganda, e destaca que a aplicação dos recursos destinados à recuperação de abrigos de ônibus e de ciclovias não foi realizada.

– Observa que os valores utilizados para a construção de ciclovias na gestão anterior haviam sido empenhados em 2010, e que tanto o Governo Agnelo Queiroz quanto o Governo atual não utilizaram o que está previsto no Orçamento para esse fim.

– Comenta a possibilidade de haver erro na planilha divulgada na parte referente à reforma das edificações do sistema metroviário.

– Reporta-se à declaração do representante do MPL, Paíque Duques, quanto ao pagamento de impostos pela sociedade.

– Rebate o argumento do Secretário referente ao pagamento do serviço pela população de forma igualitária, salientando que as pessoas não são iguais no atual modelo de classes sociais.

PAULO CEZAR MARQUES, professor do Programa de Pós-Graduação em Transporte da Universidade de Brasília – UnB

– Qualifica como infeliz a coincidência da divulgação do aumento da tarifa de transporte com a promulgação da Emenda Constitucional nº 90/2015, que introduziu o transporte como direito social.

– Discorre sobre os argumentos utilizados para justificar o aumento das tarifas de ônibus e condena o uso da lógica da indexação, já sepultada no mundo da economia.

– Realça a importância dos questionamentos apresentados pelo Deputado Wasny de Roure relacionados à transparência, explica que o custeio dos serviços públicos é feito pelo conjunto da sociedade, tanto usuários como contribuintes, defende a Tarifa Zero e assinala que, apesar das dificuldades, a qualidade do metrô é superior à do sistema de ônibus.

– Discorda da associação do valor da tarifa de remuneração para o prestador de serviços ao número de passageiros transportados, e elenca os elementos que representam aumento e diminuição da unidade de custo.

– Sugere uma auditoria dos custos operacionais nos termos da Lei nº 12.587, de 2012, e a revisão do modelo de remuneração praticado pelo sistema de transporte.



DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – PSDB

– Parabeniza o Deputado Ricardo Vale pela iniciativa desta comissão geral e acrescenta que o Governo deveria ter discutido o tema do aumento das tarifas de transporte público com a sociedade e com a CLDF.

– Anuncia que, na reunião realizada pela CPI dos Transportes, nesta manhã, foi elaborada moção de repúdio que será encaminhada ao GDF em protesto contra o aumento das passagens.

– Lamenta que, na esfera federal, decisões equivocadas também estejam sendo cogitadas, pois irão onerar a população.

– Pondera que a máquina pública necessita encontrar soluções que não elevem ainda mais a carga tributária do contribuinte, e acrescenta que o trabalho do Governo deve ser realizado visando aos interesses coletivos.

– Ressalta que os serviços de transporte, saúde e educação prestados à população apresentam péssima qualidade.

– Desmente a afirmação do Governo de que não houve aumento da passagem, e apresenta dados referentes ao ano 2014 até junho de 2015.

– Questiona o motivo de a publicidade ser gratuita no transporte público do DF.

– Enfatiza que os empresários devem dar a sua contribuição neste momento de crise, e sugere a redução dos repasses efetuados pelo Governo.

– Detalha as principais sugestões ao Governo para amenizar o referido impasse.

– Coloca-se à disposição de todos e reforça o compromisso da CPI dos Transportes em elucidar os problemas existentes nessa área no Distrito Federal.

AIRAM ALMEIDA DE LIMA, professor da Secretaria de Estado de Educação

– Argumenta que o aumento das tarifas públicas fere os direitos humanos fundamentais.

– Avalia o impacto do aumento do preço das passagens de ônibus no orçamento familiar e na vida profissional de trabalhadores domésticos e temporários, que podem vir a ser demitidos.

– Indaga por que não foram considerados, em primeiro lugar, a redução da taxa de lucro dos empresários do setor e a atualização do capital constante.

– Recomenda que, para que a qualidade do debate seja garantida, a discussão seja pautada sob uma concepção de sociedade.

EDVALDO DE FREITAS, representante do Movimento Rodoviários em Ação

– Expõe a correlação existente entre aumento tarifário, aumento de subsídio do Governo e aumento de salário do trabalhador.

– Lamenta que as decisões do atual Governador favoreçam os empresários e penalizem os usuários do sistema.



CAIO VICTOR, representante do Movimento Passe Livre

- Critica a postura adotada pelo Secretário de Estado, que não chamou a população ao diálogo, principalmente a camada desfavorecida da sociedade.
- Adverte que o transporte é um direito do cidadão brasileiro garantido na Constituição Federal.
- Argumenta que a decisão do aumento das passagens é uma questão política, que irá beneficiar apenas a classe empresarial.
- Alerta para o fato de que o movimento não abrirá mão de seus direitos e que lutará para que o aumento seja revogado.

VANDERSON, integrante do Fórum Social de Sobradinho

- Lembra a luta dos jovens pela implantação do passe estudantil, no período de 1997 a 2000, quando julgavam que o passe livre, hoje conquistado, era uma utopia.
- Anuncia que estão organizando, agora, o Movimento Tarifa Zero – MTZ, que contará com o apoio de diversos movimentos sociais.
- Afirma que a expressão transporte público é uma falácia, porque o transporte é tratado como mercadoria, com objetivo de lucro.
- Propõe, considerando a inviabilidade de implantação de um transporte público gratuito, de excelência e mantido pelo Estado, a criação de um subsídio compartilhado tanto pelos empresários do ramo como pelo Governo.
- Analisa o efeito do aumento das tarifas na qualidade de vida da população de baixa renda residente no DF.
- Convoca a sociedade civil organizada para apoiar a luta do MTZ.

REGINALDO, prefeito comunitário de Sobradinho II

- Queixa-se da postura do Governador eleito, que beneficia a classe rica e omite explicações à comunidade carente sobre o uso das verbas que poderiam beneficiá-la.
- Cita a demissão de dois empregados de uma padaria em virtude da inexistência de recursos para custear o aumento das passagens de ônibus a todos, e reforça seu desagrado com a gestão do atual Governador do DF.

PEDRO RODRIGUES, representante da Organização Integrada para Qualidade de Vida Sustentável – OQVID

- Considera que esta comissão geral seja o primeiro passo para as futuras discussões sobre a Tarifa Zero.
- Destaca a necessidade de se criar comissões para avaliar o aumento imposto pelo Governo.



FRANCISCO DA SILVA, representante do pastor Severiano de Oliveira

– Justifica a pequena participação popular nas galerias, esclarecendo que a maioria de seu grupo está participando dos movimentos em frente ao Buriti e na Esplanada dos Ministérios, em defesa de seus direitos.

– Lamenta que apenas um parlamentar os tenha procurado, desde a segunda-feira, para manifestar seu apoio, e que tenham tido de insistir para poder entrar na Casa a fim de participar desta comissão geral.

– Acusa o Governo de truculência, por ter utilizado a AGEFIS para derrubar um de seus acampamentos, além da polícia para dispersar os manifestantes que solicitavam uma audiência com o Governador.

– Pede o apoio dos Deputados às suas reivindicações.

DEPUTADO RICARDO VALE, presidente da sessão e autor do requerimento

– Chama a atenção para um Projeto de Decreto Legislativo que pretende sustar os efeitos do Decreto nº 36.762, de 18 de setembro de 2015, que já conta com o apoio de quinze parlamentares.

– Discorre sobre reajustes de tarifa técnica e aumentos de subsídios do Governo, apresenta questionamentos e pede esclarecimentos ao Secretário de Mobilidade do DF e ao Diretor do DFTrans.

CARLOS TOMÉ, Secretário de Estado de Mobilidade do Distrito Federal

– Responde às perguntas formuladas pelo Deputado Wasny de Roure e pela Sra. Carmela Zigoni sobre a transparência do processo, e afirma que a margem de lucro das empresas foi fixada na licitação, em contrato celebrado em 2012, processo licitatório que está sendo investigado pela CPI e pelas instituições públicas do Distrito Federal.

– Avisa que o processo que fixou a taxa de lucro das empresas levou dez anos para ser concluído, e acrescenta que o atual Governo está estudando meios para que essa taxa seja alterada.

– Participa que a planilha do processo licitatório está disponível na internet.

– Detalha a análise das variáveis dos custos operacionais, e lembra que a forma de remuneração das empresas foi fixada em 2012, no processo licitatório.

– Salaria que a transparência dos custos operacionais deveria ter sido estabelecida desde o processo licitatório, e que o GDF vem trabalhando para que isso aconteça.

– Reconhece que a qualidade do sistema de transporte ainda é baixa, porém ressalta que o Governo tem envidado esforços para melhorá-la.

– Discorre sobre a concessão de linhas de transporte feitas no passado, que foram realizadas de forma desordenada e sem planejamento, e menciona a dificuldade dos gestores para reorganizar o transporte coletivo da cidade.



- Explica que os reajustes estabelecidos estão previstos no contrato, e detalha como é aplicada a fórmula de reajuste da tarifa técnica.
- Comunica que a revisão tarifária foi necessária, tendo em vista que o novo sistema foi implantado de acordo com o que vigorava anteriormente, o que gerou um desequilíbrio e forçou o Governo a aumentar a passagem.
- Afirma que a Secretaria está à disposição para colaborar com as investigações direcionadas ao transporte público da cidade, ao mesmo tempo em que está tentando entender o contrato efetuado em 2012.
- Concorde que o metrô está sucateado, o que é resultado de anos de abandono das gestões anteriores.
- Ressalta que a superação dos problemas da área de transporte requer a união de todos para se alcançar um sistema de qualidade.

LÉO CARLOS CRUZ, Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans

- Relata sua experiência na área, na capital do Espírito Santo.
- Comenta que a avaliação do sistema de transporte de Brasília nos congressos relativos ao tema sempre foi muito negativa.
- Explica que qualquer intervenção nessa área para melhoria da qualidade do serviço, por mais simples que seja, demanda análise prévia, muito debate com a sociedade e tempo.
- Analisa a demanda do transporte coletivo do DF a partir da quantidade de usuários e do tamanho da população local.
- Revela estar consciente, desde que veio para a cidade, do desafio que o Governo precisa enfrentar para a condução e a reestruturação desse processo.

QUINTINO DOS SANTOS SOUZA, Diretor de Administração e Finanças do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal – SINDMetrô/DF

- Agradece a oportunidade de participar deste debate e afirma que o seu sindicato tem interesse na melhoria do transporte público, com soluções criativas que sejam menos onerosas para o usuário.

CARMELA ZIGONI, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC e membro do Grupo de Trabalho de Mobilidade da Nossa Brasília

- Aborda o uso do espaço público pelas empresas de ônibus sem o devido pagamento.



PAULO CEZAR MARQUES, professor do Programa de Pós-Graduação em Transporte da Universidade de Brasília – UnB

– Agradece a oportunidade de participar do debate e congratula-se com o Deputado Ricardo Vale pela iniciativa.

– Esclarece à Sra. Carmela Zigoni que evitou citar outras fontes de receita para a mobilidade, como a taxação pelo uso de automóveis, em virtude da exiguidade do tempo.

– Salaria que o Secretário está anotando a sugestão e diz esperar que a proposta seja tratada pelo Governo como uma forma de ressarcimento pelo custo que o uso dos veículos ocasiona, e não como fonte de lucro para empresas privadas.

– Reitera os dois pontos que a Secretaria de Mobilidade deve tratar com urgência: a auditoria dos custos operacionais e a revisão do modelo de remuneração, e acrescenta um terceiro: a implementação do sistema como licitado.

MARIA PAIVA, membro do Movimento Passe Livre – MPL

– Discorda da justificativa para o aumento das passagens apresentada pelo Secretário de Mobilidade do DF e destaca que o Governo não está cumprindo seu papel de administrador público.

– Reclama da falta de transparência do sistema de bilhetagem automático, e levanta suspeita sobre as planilhas dele extraídas.

– Reconhece que a exploração do transporte como mercadoria e não como direito é nacional e histórica, entretanto, repudia a decisão política do Governo em privilegiar o lucro dos empresários e em perpetuar o peso do custeio sobre os ombros dos usuários.

– Afirma que a mobilização contra o aumento das passagens irá continuar.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Ricardo Vale):

– Pede ao Cerimonial que leia a moção de apoio aos movimentos populares, protocolada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

**Expediente lido na 83ª Sessão Ordinária,
em 24 de setembro de 2015**



Ata considerada lida e aprovada na 84ª Sessão Ordinária, de 29/9/2015.
(Obs.: a íntegra do expediente lido nesta sessão consta da publicação desta ata
no *Diário da Câmara Legislativa*)